

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE: AÇÕES E REFLEXÕES QUE ARTICULAM PROTAGONISMO, PRECARIZAÇÃO E REGULAÇÃO

Salomão Antônio Mufarrej **Hage** – UFPA

Carlos Renilton **Cruz** – UFPA

Agência Financiadora: CNPq

Resumo

O artigo apresenta uma discussão sobre as contribuições do Fórum Paraense de Educação do Campo para a construção do Movimento de Educação do Campo no Estado do Pará, focando suas estratégias de organização e mobilização para o avanço de um projeto contra-hegemônico de desenvolvimento e de educação. Ele resulta de uma investigação bibliográfica, documental e de campo que resgatou a história e analisou a inserção da rede social que forma esse Movimento no Pará, identificando os participantes e inventariando as ações, experiências e estratégias que têm sido produzidas por esses sujeitos coletivos. Nesse momento, compartilhamos parte dos resultados dessa investigação, explicitando referências de protagonismo dos atores que compõem o Fórum: movimentos sociais do campo, universidades e setores do poder público estadual e municipais; de precarização da realidade educacional enfrentadas pelos sujeitos do campo; e do posicionamento quanto à regulação que se institui na relação das populações e movimentos sociais do campo com o Estado e as universidades por ocasião da implementação das políticas de educação do campo na atualidade.

Palavras-chave: Educação do Campo, Escola Pública, Movimentos Sociais, Políticas Educacionais, Educação na Amazônia.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE: AÇÕES E REFLEXÕES QUE ARTICULAM PROTAGONISMO, PRECARIZAÇÃO E REGULAÇÃO

Introdução

O presente artigo socializa parte de uma pesquisa mais ampla que analisou os impactos do Movimento Paraense de Educação do Campo nas Redes Públicas de Ensino, de modo a diagnosticar suas contribuições para a escola pública, visando à garantia da universalização da Educação Básica aos sujeitos do campo, com qualidade socialmente referenciada e afirmativa da diversidade sociocultural e territorial da Amazônia paraense.

A metodologia do estudo como um todo envolveu investigação bibliográfica, documental e pesquisa de campo, para diagnosticar os impactos do Movimento Paraense de Educação do Campo nas Redes Públicas de Ensino e nas escolas públicas do campo. Para a construção desse artigo, utilizamos o material produzido por meio da pesquisa bibliográfica, realizada através de levantamento e estudo de textos, artigos, Dissertações e Teses, publicações em jornais, periódicos e Internet; e por meio da pesquisa documental realizada sobre a legislação vigente, sobre os princípios, diretrizes, estratégias e financiamento dos programas e experiências governamentais para a educação do campo; e sobre os coletivos, instituições e entidades que constituem a rede social que integra o referido Movimento.

Atenção especial foi dada às estatísticas oficiais, com a recolha e sistematização de dados extraídas do IBGE e do Censo Escolar de 2011 e 2013 do MEC/INEP, com vistas à configurar a realidade da Educação Básica nas redes públicas estadual e municipais de ensino, focando nos indicadores de atendimento e qualidade da educação ofertada aos sujeitos do campo no Pará.

No artigo priorizou-se a explicitação de aspectos relevantes do protagonismo e enraizamento desse movimento no Estado, por meio do Fórum Paraense de Educação do Campo - FPEC; a apresentação de indicadores relacionados à universalização e qualidade da Educação Básica ofertada aos sujeitos do campo e a atuação do Movimento frente ao processo de regulação das políticas educacionais para o campo.

O FPEC e sua participação na construção do Movimento de Educação do Campo no Estado do Pará

Os movimentos sociais e sindicais do campo nos últimos quinze anos têm se organizado e desencadeado um processo de luta pela garantia de seus direitos em âmbito nacional, com forte expressão em nível dos estados da federação e em alguns municípios, articulando as lutas pelo direito à terra e à educação. Esse processo

nacionalmente se reconhece como Movimento de Educação do Campo, e no Estado do Pará, *locus* de estudo dessa investigação, como Movimento Paraense de Educação do Campo.

As origens desse Movimento no Estado do Pará remontam ao ano de 2003, quando em reunião na antiga Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, um conjunto de atores, entre eles movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades e instituições da sociedade civil, decidiram pela organização de um evento mais ampliado para pautar os desafios enfrentados pelos sujeitos para acessar a escolarização no meio rural do Estado. Meses depois, em fevereiro de 2004, em um evento realizado na Universidade Federal Rural da Amazônia surge a carta de criação do FPEC, cuja coordenação geral deveria assumir a mobilização do coletivo de movimentos, organizações e instituições que aderiram a esse processo e construir coletivamente a arquitetura e a dinâmica de articulação da rede. (FPEC/DR, Carta de Belém, 2004)

O FPEC é, portanto, a expressão mais significativa do Movimento Paraense por uma Educação do Campo, no processo de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de desenvolvimento, de sociedade e de educação. Ele aglutina entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa, órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional da sociedade paraense, que, compartilhando princípios, valores e concepções político-pedagógicas, buscam defender, implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias e experiências de educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade sócio-ambiental para todos/as os/as cidadãos/ãs paraenses, sobretudo para as populações do campo, aqui entendidas como: agricultores/as familiares, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores (FPEC/DR, 2004).

No período mais recente o protagonismo do movimento e a necessidade de atuação em todo o território paraense têm motivado os atores que constituem e participam do FPEC a criar Fóruns Regionais de modo a ampliar e interiorizar o Movimento de Educação do Campo nas regiões de integração do Pará, aproximando o processo de mobilização e organização dos movimentos, organizações, instituições, grupos e sujeitos do campo do espaço local.

Resultado desse processo, o Movimento Paraense de Educação do Campo na atualidade, tem sido constituído pelo FPEC e pelos seguintes Fóruns regionais: *Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará*, *Fórum Regional de*

Educação do Campo da Região Tocantina, Fórum Regional de Educação do Campo da Região do Baixo Tocantins, Fórum Regional de Educação do Campo da Região do Nordeste Paraense, Fórum Regional de Educação do Campo da Transamazônica e Xingu, e o Fórum de Educação do Campo da Região do Baixo Amazonas.

O conjunto ampliado e diversificado de movimentos, organizações, instituições e órgãos governamentais e não governamentais na constituição do FPEC implica em considerar a complexidade que configura o envolvimento desses sujeitos coletivos nas ações em rede que se efetivam para construir o Movimento de Educação do Campo no Pará, suas afinidades e particularidades em termos de natureza, agenda, identidade, ideologia, campo de atuação e participação no movimento, para torná-lo: *propositivo*, ao compartilhar e produzir saberes, conhecimentos, experiências e tecnologias sintonizados com a realidade e diversidade dos sujeitos do campo; *reivindicativo*, ao mobilizar os sujeitos para demandar do Estado ações de gestão para o coletivo, para atender as necessidades das classes trabalhadoras do campo; e *de controle social*, para acompanhar e intervir na definição e implementação das políticas e investimentos públicos, visando à garantia da universalização dos direitos humanos e sociais aos sujeitos do campo.

Implica em considerar ainda as tensões e contradições, conflitos e convergências, consensos e dissensos que se manifestam nas ações em rede, uma vez que cada um desses sujeitos coletivos possuem particularidades em termos de concepção, intencionalidades e participação no movimento, que devem formar uma sinergia para lutar pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais (FONEC, 2012); e para pautar a educação do campo enquanto política pública permanente, como referência para construção de um projeto popular de educação, de desenvolvimento e sociedade.

Essa sinergia dos movimentos sociais, segundo Warren (2006), fortalece seu caráter propositivo, alarga os projetos dos sujeitos, e torna os processos de inclusão social mais abrangentes, não se restringindo às conquistas sócio-econômicas apenas, mas incluindo demandas por direitos de participação política, à diversidade cultural, qualidade de vida, e ambiental e ao conhecimento, gerando redes de colaboração solidária de dimensões locais, regionais e internacionais que fortalecem a democracia

em todas as esferas, atingindo um poder de alcance cada vez maior, podendo interferir democraticamente nas políticas públicas nesses diversos níveis (WARREN, 2006).

De fato, enquanto na atualidade o processo de mercantilização da vida e da educação tem se tornado hegemônico na sociedade como um todo e mais especificamente no território do campo, implicando na parceria público-privado como referência para as articulações entre instituições, entidades, órgãos e organizações governamentais e não governamentais em suas ações em rede, a experiência dos Movimentos de Educação do Campo no Brasil e no Pará, liderada aqui no Estado pelo FPEC, têm se efetivado no espaço da contra hegemonia, afirmando a relação público-público como central para a existência e fortalecimento da esfera pública e para o confronto com o projeto dominante de educação e de lógica de formulação das políticas públicas, de agricultura, de campo e de desenvolvimento, defendido pelo agronegócio.

No âmbito da militância, de forma mais específica, as ações do FPEC têm se destacado por meio da mobilização, participação e apoio nas múltiplas atividades que os movimentos sociais do campo têm forjado, nessa confluência e articulação entre a luta pela terra e pela educação, em dimensão local, regional, estadual e nacional, numa convergência de esforços que denuncie os conflitos e as mortes no campo, a negação de direitos e a precarização da vida e do trabalho no campo, e o avanço do agronegócio e a estagnação da reforma agrária.

O FPEC contribui com a realização dessas ações de mobilização dos movimentos sociais do campo, divulgando e dando visibilidade às mesmas por meio de suas estratégias de comunicação, constituídas pelo Portal da Educação do Campo do Pará¹, pela rede formada pelo facebook² e por uma extensa lista de e-mails coletiva³, que reúne em torno de 2.816 pessoas vinculadas ao FPEC, que recebem continuamente as informações e notícias referentes ao Movimento de Educação do Campo no Brasil e no Estado do Pará.

Contudo, ainda que reconheçamos os avanços obtidos com o protagonismo dos movimentos sociais em nível nacional e estadual, um dos grandes desafios que se apresenta ao Movimento Paraense de Educação do Campo continua sendo uma incidência mais efetiva nas redes públicas de ensino, pois estamos ainda muito distantes de assegurar a universalização da Educação Básica aos sujeitos do campo, bem como de

¹ <http://educampoparaense.com.br/>.

² <https://www.facebook.com/pages/Portal-EducampoParaense/847155648637100>.

³ portaleducampoparaense@gmail.com.

superar o quadro de acentuada desigualdade educacional, marcado por uma situação ainda precária em relação à permanência e à aprendizagem dos estudantes nas escolas do campo.

A Precarização como uma das marcas configuradoras da realidade da educação no meio rural do Pará

Infelizmente, a realidade educacional brasileira, ainda denuncia que é no campo onde identificamos os maiores índices de analfabetismo, escolas com infra-estrutura precária, altas taxas de Exclusão Escolar, as maiores taxas de professores sem formação e com vínculo empregatício precário, os currículos que não consideram os saberes locais e o fechamento de escolas, especialmente nas pequenas comunidades rurais, onde o número de estudantes existente é compatível com a configuração sócio-cultural e territorial dessas comunidades.

Os estudos que temos desenvolvidos no âmbito de nosso Grupo de Pesquisa sobre a realidade educacional paraense revelam que 30% da população do Pará reside no campo (**2.407.700** pessoas) (IBGE, 2011), das quais somente 28,43% acessa a escola no ambiente em que vivem, pois existem somente **685.264** pessoas matriculadas nas escolas do meio rural (MEC/INEP, 2011).

Do total da população do Pará acima de 15 anos (1.526.230), 11,7% é analfabeta (178.570), sendo, entretanto, desigual a distribuição desse contingente segundo a localização, pois no meio urbano a taxa de analfabetismo é de 8% em contraste com 20,6% no meio rural (IBGE, 2011).

Há uma longa distância entre a demanda e a realidade de atendimento à educação no campo claramente expressa nas estatísticas oficiais. Nelas podemos ver que do total de sujeitos que estudam no campo (**685.264**) na Educação Básica, **55.540** (8,1%) são crianças que possuem entre 0 e 5 anos e estudam na pré-escola, em turmas próprias de educação Infantil, ou nas escolas “isoladas”, unidocentes, multisseriadas existentes nas pequenas comunidades. No Ensino Fundamental estudam **448.719** (65,48%) são crianças e adolescentes que possuem entre 6 e 14 anos. Encontra-se, ainda, **181.005** (26,41%) pessoas com 15 anos ou mais matriculados nas escolas do meio rural no Ensino Fundamental do primeiro ao nono ano, no Ensino Médio, na EJA, no Ensino Modular, na multissérie, em turmas ou escolas isoladas, anexas, pólos, nucleadas que se localizam nas comunidades rurais, nos distritos ou sede dos municípios. Os índices de evasão, repetência e distorção idade série também são muito

elevados, por isso encontramos esses estudantes em todos os anos da Educação Básica (MEC/INEP, 2013).

Os dados do INEP coletados durante o estudo explicitam com detalhamento informações sobre a realidade nas diversas etapas da educação básica no Pará, e no caso específico do campo, quando relacionamos esses dados às informações sobre a população residente por faixa etária, tomando com parâmetro o ano de 2011, identificamos que somente 3,08% das crianças do campo teve acesso à creche e apenas 65,14% teve acesso à pré-escola. No Ensino Fundamental, ainda que a matrícula tenha atingido 88,19% da população entre 6 e 14 anos, parte significativa desse contingente é atendido nos anos iniciais do Ensino Fundamental, através das escolas multisseriadas, unidocentes, que enfrentam problemas muito sérios relacionados às precárias condições de infraestrutura e funcionamento e quanto à aprendizagem dos alunos. Ressalta-se, entretanto, que parte considerável dessas matrículas estão localizadas em escola urbanas, uma vez que nos últimos anos o Programa Caminhos da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, ambos do Governo Federal, têm financiado o transporte de estudantes residentes na zona rural para escolas situadas no meio urbano. Embora o CNE/CEB recomende na Resolução nº 2 de abril de 2008 o transporte intra-campo, é possível afirmar que essa não é a prática mais utilizada nos municípios do estado do Pará, onde diariamente são transportados até os centros urbanos de grandes, médias e pequenas cidades 31.935 estudantes da educação básica (MEC/FNDE/PNATE, 2014).

Segundo dados da Coordenação de Educação do Campo do MEC, extraídos do Censo Escolar de 2013, existem atualmente 3.488 escolas multisseriadas no Estado do Pará, as quais representam 42,01% das escolas localizadas no campo. Nelas estudam 199.487 estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os quais representam 58% do total de estudantes dessa etapa de ensino no Estado.

Além disso, é necessário considerar que a distorção idade-série atingiu o patamar de 78,43% nos anos iniciais e 77,72% nos anos finais do Ensino Fundamental, o que indica que muitos dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental possuem mais de 14 anos de idade, por encontrarem em defasagem idade-série. Colabora também para essa situação, o índice de evasão/abandono de 6,46% (35.269) e o índice de reprovação de 10,78% (58.850). E, ainda que o índice de aprovação se apresente elevado, de 79,01% (431.223), o índice de conclusão nessa etapa escolar é de apenas

4,15%, indicando que dos 545.753 estudantes matriculados no Ensino Fundamental no meio rural do Pará, apenas 22.669 concluíram essa etapa escolar em 2001.

No Ensino Médio, as estatísticas de atendimento da população rural são muito mais preocupantes, à medida que em 2011, a matrícula nessa etapa da Educação Básica no Pará atingiu um contingente muito pouco expressivo de 29.341 estudantes, e no caso, quando comparado à população residente no campo de 15 a 17 anos, neste mesmo ano (160.905), atingiu um percentual de atendimento de somente 18,23%; e quando comparado à população residente de 15 a 29 anos no campo (690.341), alcançou um percentual ainda muito menos expressivo de apenas 4,25% (MEC/INEP, 2011).

Essa realidade, quando traduzida em termos de comparação entre o Ensino Fundamental e Médio, revela que para cada 2,4 vagas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, existe apenas uma vaga nos anos finais; e para cada 5,2 vagas nos anos finais do Ensino Fundamental, existe apenas uma vaga no Ensino Médio, o que demonstra quão desigual e excludente continua sendo o processo de escolarização, especificamente em relação aos seguimentos empobrecidos e populares do campo no Pará.

De fato, essa reflexão se aplica a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, uma vez que os índices no campo no Pará são muito pouco expressivos, tanto em termos de oferta quanto de qualidade e conclusão no ensino, e o Movimento de Educação do Campo, em face dessa realidade dramática, precisa pautar em suas prioridades a garantia do direito à universalização da educação de qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino no campo.

A atuação do Fórum Paraense de Educação do Campo face ao processo de Regulação das Políticas Educacionais para o Campo

Após um curto período de conquistas animadas pela firme e abrangente mobilização realizada por importantes movimentos ligados aos trabalhadores do meio rural a partir da segunda metade dos anos 90, atualmente verifica-se nas ações do Estado direcionadas à educação dos povos do campo, uma tendência de retorno à “educação rural”, uma vez que a agricultura capitalizada e as grandes empresas transnacionais que a circundam determinam ao Estado o cumprimento de novas exigências quanto à formação do trabalhador que lhe será útil. Ações como o PRONATEC Campo, gestado pelo MEC no âmbito do PRONACAMPO em fina

articulação com o SENAR seguem ao encontro dos interesses mercantis que imperam no campo brasileiro (FONEC, 2012).

Soma-se a isso o fato de que há alguns anos, na esteira dos movimentos reformadores pautados pelas ideias neoliberais, o Estado brasileiro coloca em ação um sistema de regulação de cunho gerencialista no qual se destacam a transferência para agentes institucionais locais ou organizações da sociedade civil a responsabilidade pela materialização das políticas educacionais mais focalizadas, e a consolidação de seu papel avaliador e concentrador dos fundos públicos. Esta postura “descentralizadora”, revestida com o discurso da autonomia, significa, de fato, o desejo por um controle mais intenso do processo de criação das regras do jogo que demarcaram a posição e a postura de cada jogador para o bom funcionamento do sistema.

Atualmente encontra-se em andamento a institucionalização das práticas e princípios pedagógicos da Educação do Campo, tanto no sistema federal, como nos estaduais e municipais. Construídos a partir das experiências dos movimentos sociais do campo, tais princípios foram incorporados a vários documentos normativos de cunho nacional, como nas Resoluções CNE/CEB nº 01/2002 e nº 02/2008, que se dedicam às Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, e nº 04/2010, que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo, no Parecer CNE/CEB nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância no Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Portaria 83/ 2013 do MEC que institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, o Edital n. 02/2012 da SESU/SETEC/SECADI/MEC, que fomenta a institucionalização das Licenciaturas em Educação do Campo, e, mais recentemente, a Lei nº 12.960/ 2014, da Presidência República que altera o art. 28 da LDB para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Na esteira das mudanças verificadas na esfera federal, nota-se o aparecimento de documentos normativos produzidos em nível estadual e municipal, bem como de estruturas administrativas no interior das secretarias de educação voltadas às ações educativas no campo. Exemplo disso, no Pará, são os Pareceres nº 604/2008 e nº 605/2008 e a Resolução nº 01/2009 do Conselho Estadual de Educação do Pará –

Reconhecendo e normatizando a Pedagogia da Alternância como metodologia de organização do ensino para os Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS e demais estabelecimentos de ensino básico da rede pública e particular, bem como a criação nos últimos anos, no interior da SEDUC, da Coordenadoria de Educação do Campo das Águas e da Floresta – SECAF e de diversas estruturas de gestão em várias Secretarias Municipais de Educação.

É possível verificar, entretanto, que ao contrário do que em princípio ocorrera no âmbito do PRONERA, SABERES DA TERRA e PROCAMPO, programas nos quais houve importante participação dos movimentos sociais tanto na sua concepção como durante a sua execução; as ações atualmente voltadas a introduzir os princípios e as práticas da educação do campo nas redes públicas de ensino favorecem os atores institucionais como agentes do processo. Governos municipais e estaduais são chamados pelo governo central a participar de ações educacionais voltadas à população do campo através de programas e projetos formatados no interior do PRONACAMPO, estabelecendo-se um processo de regulação que dificulta a participação e o controle por parte dos movimentos sociais.

Todavia, como esclarece Barroso (2005) em sistemas sociais complexos como os educacionais, graças à diversidade dos agentes envolvidos, com variados interesses, posições e estratégias utilizadas, destaca-se a existência de diferentes fontes, finalidades e modalidades de regulação. É possível afirmar, portanto, que nos sistemas públicos de educação, o Estado, apesar de ser fonte imprescindível de regulação, não cumpre essa tarefa com exclusividade, e, quase sempre, não se destaca como a mais importante para os resultados obtidos, pois o sistema educacional se movimenta a partir de múltiplas regulações, surgidas da atuação de distintos agentes que, não raro, ocupam posições contraditórias, o que condiciona as consequências da ação reguladora do Estado a certa imprevisibilidade (BAROSO, 2005).

Embora as iniciativas do Estado voltadas à educação das populações do campo mantenham-se fortemente caracterizadas pelo fracionamento, onde a execução de programas e projetos de governo, em alguns casos desconexos e resultado de iniciativas pulverizadas em diferentes setores, prevaleça sobre as políticas de Estado, e ainda sejam nitidamente tímidas diante da precarização que assola a educação nos territórios rurais, é possível constatar que a ação pública nesse campo sofre interferência por “baixo” (MAROY, 2011), estabelecendo uma *autonomia relativa* às instituições ofertantes, algumas vezes “decretada” e outras “clandestina” (BARROSO, 1997). Isto ocorre

devido as instituições de ensino que executam as políticas não serem simplesmente um espaço submisso de reprodução de regras estabelecidas em seu exterior (LIMA, 1991), mas também graças ao protagonismo dos movimentos sociais, que individualmente ou reunidos com setores da academia e do próprio Estado, nos fóruns de educação do campo, demandam o reconhecimento de suas territorialidades e suas identidades socioculturais às políticas públicas de educação.

Agindo como um elemento catalisador das reivindicações, proposições e iniciativas de diversas instituições e movimentos sociais, o FPEC, como foi visto acima, tem sido protagonista no processo de construção da educação do campo no âmbito do estado do Pará, denunciando a precaridade que ainda afeta intensamente a realidade educacional no meio rural e mobilizando vários agentes coletivos na construção de alternativas viáveis à realidade atual. Nas plenárias mensais ou eventuais e nos demais espaços coletivos criados para proporcionar o diálogo entre seus integrantes, há uma rica e intensa troca de saberes, não alheia a conflitos, forjada pelas diferentes realidades em que atuam e pelas características dos movimentos e instituições que representam, resultando na avaliação mais larga e profunda do contexto em que se desenrolam as políticas educacionais, o efeito que provocam nos diferentes territórios do campo e os caminhos que precisam ser trilhados para que, de fato, a ação do Estado represente a materialização do direito à educação.

Ao longo de sua existência, o FPEC tem servido de palco de debates e avaliações e definições de ações coordenadas relativas aos vários programas executados por instituições que dele fazem parte. Programas como o PRONERA, ESCOLA ATIVA, SABERES DA TERRA, PROCAMPO, ESCOLA DA TERRA foram submetidos à reflexão crítica dos integrantes do Fórum, possibilitando, em muitos casos, a partir das observações dos movimentos que os demandavam, a correção de rumos por parte das instituições que os ofertavam. Tal prática, fundada no diálogo que não interdita o conflito, interfere no processo de regulação da política em execução abrindo espaço para a demarcação de posições contra hegemônicas ancoradas nas práticas e reflexões paridas na Pedagogia do Movimento (ARROYO, 2003) e inscritas na materialidade de origem da educação do campo.

Há que se reconhecer, entretanto, que a regulação promovida pelo Estado no campo da educação, em diferentes níveis, embora permeável ao protagonismo dos movimentos sociais, favorece a uma percepção superficial da educação do campo. Não é difícil verificar que a internalização do conceito nos sistemas de educação, pouco

preserva da materialidade de origem que funda o projeto político e pedagógico da educação do campo. Em alguns casos, atesta-se uma quase-banalização do conceito, na medida em que apenas toma o lugar da denominação em voga anteriormente, educação rural, agora fora de moda. Noutros, a partir da iniciativa de administradores, técnicos pedagógicos ou docentes da rede que, via Universidade ou movimentos sociais, foram expostos a debates recentes sobre a educação dos povos do campo como direito, é possível ver lampejos de educação do campo em práticas pedagógicas ainda seriamente afetadas pelas carências de todas as ordens, assim como pelo distanciamento do contexto local e seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o estudo realizado sobre a ação do FPEC revelou que ele tem estado atento para a possibilidade de esvaziamento do conteúdo contra hegemônico a partir da institucionalização do conceito e das práticas da educação do campo, mas sem desconsiderar que cabe ao Estado a oferta de educação pública, como direito e vinculada às condições concretas de existências dos que habitam o meio rural. Sua ação corrobora ainda com a ideia de que a regulação é um processo que mobiliza diversos atores dispostos a disputarem, em patamares distintos, a condução e os efeitos da ação pública, de modo a contemplarem seus interesses (OLIVEIRA, 2011). Por isso, busca aproximar as demandas e proposições dos sujeitos do campo, representados pelos movimentos que dele participam, aos representantes do Estado ou de organizações representativas de seus dirigentes, que também nele encontram-se inseridos, como é o caso da UNDIME-PA, SEDUC/CECAF, Secretarias de Educação Municipais, além das Instituições de Ensino Superior públicas instaladas no estado.

Quando analisadas em seus desdobramentos com relação à participação das instituições de educação superior, de forma mais específica, o estudo sobre ações da rede de instituições e movimentos sociais que se articula no FPEC revelou a aliança que tem sido construída e fortalecida entre as universidades públicas e as classes trabalhadoras do campo para garantir a democratização e universalização do direito ao acesso à rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade, à pesquisa e aos processos de produção e socialização do conhecimento, e a níveis mais elevados de escolarização, a fim de que os sujeitos do campo possam disputar com mais competência os espaços, os projetos e as propostas sociais em meio ao conjunto de transformações que configuram a complexidade da sociedade na atualidade.

Essa aliança, por sua vez, se manifesta de múltiplas formas e perspectivas, por exemplo, na formulação e implementação de políticas, programas e experiências

educacionais sintonizados com suas expectativas, interesses e identidades culturais dos sujeitos do campo; na criação de muitos grupos de pesquisa preocupados em investigar as diversas problemáticas que envolvem a vida, o trabalho, a cultura e suas inter-relações com as políticas, processos e práticas educativas no e do campo; e na realização de encontros, plenárias, jornadas, colóquios, circuitos, seminários e outras atividades que se realizam no interior das universidades, das redes públicas de ensino ou dos espaços de mobilização e trabalho dos sujeitos do campo⁴.

No processo de construção e participação nessas atividades, tantos os movimentos sociais como as universidades públicas vão modificando seus modos próprios de ser, de se configurar e de agir nos espaços de sua atuação, alimentados pela interação de lógicas muito distintas que orientam as ações educativas e epistemológicas desses atores. Ambos, universidades e movimentos sociais passam a investir com mais intensidade nas dimensões da pesquisa, da docência, da intervenção e da militância, perseguindo a inclusão das problemáticas e desafios que enfrentam as populações do campo na agenda do poder público e da sociedade, de forma mais ampla.

Para as universidades a aproximação com os movimentos sociais do campo têm oportunizado a ampliação da discussão sobre a Educação do Campo no interior de suas diferentes unidades e departamentos, resultando: na ampliação de oportunidades de acesso aos sujeitos do campo à educação superior; no enriquecimento do processo de formação dos estudantes universitários favorecendo a aproximação com a realidade diversa e complexa do campo; e no desenvolvimento de currículos e metodologias de ensino que se pautam por novas formas de ensinar e de aprender, que valorizam a vivência e a matriz produtiva dos sujeitos do campo como espaço de construção de saberes, articulando docência, pesquisa e militância, como possibilidades de intervenção crítica e qualificada na realidade. (MDA/INCRA, 2007)

Na visão de Arroyo (2006), não só os movimentos sociais saem ganhando com essa aproximação, mas também as próprias universidades. Elas percebem outras

⁴ Entre os marcos importantes da caminhada do FPEC, levantados em nosso estudo e aqui disponibilizados para ilustrar as múltiplas formas de expressão resultantes da aliança entre as universidades e os movimentos sociais do campo, com o apoio e participação do setor público estadual e municipal, destacam-se: *I, II, III e IV Seminário Estadual de Educação do Campo e I e II Seminário Estadual de Juventude do Campo*, realizados entre 2004 a 2010; *I e II Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do Estado do Pará*, realizados em 2008 e 2010; *I Seminário da Licenciatura em Educação do Campo do Pará e Amapá e III Encontro Estadual de Pesquisa em Educação do Campo*, realizados em 2012; *Tapiris Pedagógicos* realizados entre 2009 e 2012, *Audiências Públicas sobre o Ensino Médio no Campo, PROCAMPO e PRONACAMPO*, realizadas em 2013; I, e a organização do *IV Encontro Nacional da Licenciatura em Educação do Campo*, realizado em dezembro de 2014.

problemáticas e outras linguagens, outro conhecimento para as universidades, outro conhecimento delas mesmas, de nós mesmos que trabalhamos nas universidades. Outro conhecimento dos sujeitos do campo muito diferente da visão tradicional de campo. Isso pode ser algo que fecunde a visão que os movimentos têm de si mesmos e do campo.

Por outro lado, o Fórum também faz chegar as reivindicações e propostas e as proposições dos movimentos sociais a determinados órgãos normativos e consultivos de âmbito estadual. Nos últimos anos o FPEC conseguiu assento no GPTEC⁵ da SEDUC, no Fórum Paraense de Educação, no Conselho Estadual de Educação e no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Com isso espera avançar no (re)encontro das ações de educação dirigidas aos sujeitos do meio rural institucionalizadas recentemente, com a materialidade de origem que sustenta a educação do campo.

Por ser o Estado um território onde ocorre a condensação das lutas que caracterizam a sociedade de classes, as políticas públicas por ele conduzidas deixam transparecer as disputas por diferentes projetos de sociedade e, conseqüentemente, são atravessadas por contradições e oposições próprias do período histórico em que são executadas. O FPEC encontra-se posicionado no interior do movimento nacional que luta por educação pública como direito à população do campo, portanto, cabe a ele compreender os conflitos, os constrangimentos e as contradições contemporâneas, de modo a melhor definir as estratégias que fortaleçam o reconhecimento e valorização das experiências e demandas dos sujeitos que vivem e trabalham no campo da Amazônia paraense.

Referência Bibliográfica

ARROYO, Miguel. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, jan/jun, 2003.

_____. **Plenária Final – Síntese dos grupos de Trabalho**. IN: MOLINA. Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**. v. 26, n. 92, pp. 725-751, 2005.

⁵ Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo do Estado do Pará, instituído pela Portaria de Nº 004, de 18 de Janeiro de 2012, órgão colegiado de caráter consultivo, com atribuição de ser interlocutor entre o FPEC e a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

_____. A autonomia e a gestão das escolas: os estudos não fazem decretos... e os decretos não fazem as práticas. **Rumos – Jornal de Informação Pedagógica**, ano 4, n.19, pp. 14-15, nov/dez. de 1997.

BRASIL. Decreto n. 7.352, de 04 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 17/03/2015.

_____. Lei n. 12.960, de 27 de março de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm>. Acesso em: 06/04/2014.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ. Parecer nº 604, de 2008 Reconhecimento dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS). Belém, 2008.

_____. Parecer nº 605, de 2008. Reconhecimento da Pedagogia da Alternância no Estado do Pará. Belém, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 01, de 03 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2002. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf>. Acesso em: 17/03/2015.

_____. Resolução n. 02, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 17/03/2015.

_____. Resolução n. 04, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 17/03/2015.

_____. Parecer n. 1, de de 1 de fevereiro de 2006. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Brasília, 2006. Disponível em: <

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_1_de_1_de_fevereiro_de_2006.pdf>. Acesso em: 15/12/2012.

FÓRUM PARAENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - FPECDA. **Carta de Belém**. 2004. Disponível em: <http://www.educampoparaense.org/quem_somos/fpec/apresentacao.php>. Acesso em: 10/03/2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio**. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm. Acesso 18/05/2014.

INEP/ MEC/. **Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2011, 2013**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC. Brasília.

LIMA, Licínio. Produção e reprodução de regras: normativismo e infidelidade normativa na organização escolar. **Inovação**, v. 4, n. 2/3, pp. 141-153, 1991.

MAROY, Christian. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Adriana (Orgs.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n. 86, de 1º de Fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. DOU de 04/12/2013 (nº 24, Seção 1, pg.28)

_____. SESU/SETEC/SECADI. Edital n. 02, de 31 de agosto de 2012. Chamada Pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior – IFES e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade presencial. Brasília, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Renilton/Downloads/edital_02_2012_sesu_setec_secadi_%2031_agosto_2012.pdf>. Acesso em: 17/03/2015.

_____. FNDE/PNAT. Previsão do atendimento do transporte escolar 2014. Brasília, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Renilton/Downloads/previsao_de_atendimento_pnate_2014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Renilton/Downloads/previsao_de_atendimento_pnate_2014%20(1).pdf)>. Acesso em: 20/03/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - INCRA. **Síntese do Seminário do PRONERA**. Brasília. 2007

OLIVEIRA, Dalila. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Adriana (Orgs.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

SEMINÁRIO NACIONAL DO FONEC. 1. 2012, Brasília. **Notas para análise do momento atual da educação do campo.**, Brasília, 2012. (digitalizado).

WARREN. Ilse Scherer. Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação do campo. In: MOLINA. Mônica (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006.